



BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO PARA A CRIANÇA

BENEFITS OF BREADSTFEEDING FOR CHILDREN

Recebido: 01/07/2021 | Aceito: 06/03/2022 | Publicado: 01/07/2022

Jaciara Ribeiro da Silva

 <https://orcid.org/0000-0003-1119-5184>

 <http://lattes.cnpq.br/4148621703708924>

Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires, Valparaíso de Goiás, Brasil

E-mail: jaciara.jrs@gmail.com

Ingredi Vitoria Sousa

 <https://orcid.org/0000-0002-1959-0202>

 <http://lattes.cnpq.br/3703023451969321>

Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires, Valparaíso de Goiás, Brasil

E-mail: ingredivitoria75@gmail.com

Sandra Godoi de Passos

 <https://orcid.org/0000-0002-6180-2811>

 <http://lattes.cnpq.br/4574159500823027>

Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil

E-mail: sandygodoi21@gmail.com

Resumo

Os benefícios do aleitamento materno para a criança são vários, incluindo o fornecimento de nutrientes necessários para a criança, protegendo-a de várias doenças e sendo de grande importância para o seu desenvolvimento, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida. Esta pesquisa levanta o seguinte problema: quais os benefícios do aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida da criança? O intuito deste trabalho é revisar a importância da educação de gestantes e descrever os benefícios do aleitamento materno para a criança. Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo qualitativa e descritiva. Como resultado, pode-se observar que é dever do profissional de saúde incentivar as mulheres ao aleitamento materno exclusivo, entretanto, é necessário que haja investimentos em políticas públicas que promovam a disseminação de informações acerca do assunto. Por meio deste estudo, foi possível levantar informações importantes a respeito da importância do incentivo à amamentação exclusiva.

Palavras-chave: Amamentação materna. Alimentos industrializados. Lactante.

Abstract

Os benefícios do aleitamento materno para a criança são vários, incluindo o fornecimento de nutrientes necessários para a criança, protegendo-a de várias doenças e sendo de grande importância para o seu desenvolvimento, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida. Esta pesquisa levanta o seguinte problema: quais os benefícios do aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida da criança? O intuito deste trabalho é revisar a importância da educação de gestantes e descrever os benefícios do aleitamento materno para a criança. Trata-se

de uma revisão bibliográfica do tipo qualitativa e descritiva. Como resultado, pode-se observar que é dever do profissional de saúde incentivar as mulheres ao aleitamento materno exclusivo, entretanto, é necessário que haja investimentos em políticas públicas que promovam a disseminação de informações acerca do assunto. Por meio deste estudo, foi possível levantar informações importantes a respeito da importância do incentivo à amamentação exclusiva.

Keywords: *Maternal breastfeeding. Processed foods. Lactating.*

Introdução

Os benefícios do aleitamento materno para a criança são vários, incluindo o fornecimento de nutrientes necessários para a criança, protegendo-a de várias doenças e sendo de grande importância para o seu desenvolvimento, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida. Nesse contexto, esta pesquisa levanta o seguinte problema: quais os benefícios do aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida da criança? Como hipótese, sugere-se que o aleitamento materno seja um método seguro e saudável para a alimentação de um bebê e que contribui para a melhoria da saúde a curto, médio e longo prazo.

Portanto, o objetivo deste trabalho é levantar informações acerca da importância da educação de gestantes em relação aos benefícios do aleitamento materno e identificar fatores benéficos da amamentação em crianças, além e influir sobre a importância do papel do profissional enfermeiro nessa prática. Como objetivos específicos, iremos: compreender como o profissional de enfermagem deve orientar a lactante bem como a importância da amamentação; identificar as dificuldades encontradas pela lactante no processo de amamentação; relacionar os benefícios da amamentação em bebês até o sexto primeiro mês de vida; descrever as dificuldades enfrentadas pelas mães no aleitamento materno.

O aleitamento materno é considerado um direito da criança e, segundo o art. 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do poder público, das instituições e dos empregadores propiciarem condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medidas de liberdade privativa. Além disso, o assunto é considerado de interesse social e profissional, sendo de responsabilidade dos profissionais de saúde incentivar à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno como uma alimentação complementar e saudável para a criança (Lei nº 13.257, de 2016).

Trata-se de um estudo qualitativo e quantitativo, realizado por meio de buscas bibliográficas de artigos científicos. Com o intuito de obter uma discussão dentro do contexto cultural brasileiro, também serão utilizados artigos científicos de autores nacionais. No geral, os artigos serão pesquisados nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library (SciELO)*, *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)*, *Google Acadêmico* e *National Center Biotechnology Information (NCBI)*, além de livros, dissertações, teses e sites de banco de dados.

Para a busca, foram pesquisados utilizando os seguintes descritores: aleitamento materno, enfermagem, saúde da mulher, os benefícios da amamentação, o papel do enfermeiro frente a um lactante e lactantes prematuros. Com isso, foi realizado uma análise mais detalhada de cada artigo, a fim de selecionar as informações mais relevantes e relacionadas ao tema deste trabalho,

por meio de uma leitura de títulos, resumos e resultados, totalizando 30 artigos científicos.

A prática da amamentação é reconhecida mundialmente como um dos principais fatores que contribuem para a promoção da saúde infantil. Além disso, o leite materno fornece os nutrientes necessários para a criança, protegendo-a de várias doenças e sendo de grande importância para seu crescimento e desenvolvimento, devendo ser exclusivo até os primeiros seis meses de vida (BABAKAZO *et al.*, 2015; CHAVES, 2016).

Durante os primeiros seis meses de vida é recomendando que o leite materno seja a única fonte de alimento do recém-nascido, pois a amamentação apresenta benefícios tanto para a mãe quanto para o bebê, sendo eles nutritivos, imunoprotetores e emocionais (DE MORAES *et al.*, 2021; CHAVES, 2016). Entretanto, na prática, mesmo com a existência de programas de incentivo ao aleitamento materno natural, ainda existem mães que optam por não amamentarem apesar dos benefícios existentes na prática (BABAKAZO *et al.*, 2015; BOCCOLINI *et al.*, 2012; MARGOTTI, 2014).

Os benefícios da amamentação para a criança são: melhor nutrição e redução da mortalidade infantil e menor número de hospitalizações, redução de alergias, redução de doenças crônicas não transmissíveis na vida adulta, melhor desenvolvimento intelectual e relacionamento interpessoal, além de ocorrer um melhor desenvolvimento da cavidade bucal (BABAKAZO *et al.*, 2015).

Além disso, um outro benefício do leite materno é referente aos estímulos físicos provocados na criança a partir dos movimentos de sucção do leite. Carvalho (2013) enfatiza que somente a sucção no peito materno promove a atividade muscular correta. A mamadeira, no geral, não é indicado pois propicia o trabalho apenas dos músculos bucinadores e do orbicular da boca, deixando de estimular outros músculos, tais como pterigoideo lateral, pterigoideo medial, masseter, temporal, digástrico, genio-hióideo e milo-hióideo.

A taxa de aleitamento materno exclusivo no Brasil é baixa e isso demonstra que novas abordagens atrativas à prática devem ser adotadas, dando maior ênfase às ações de promoção, proteção e apoio à prática da amamentação, como forma de incentivar as mães a garantir um crescimento e desenvolvimento saudável para a criança (BABAKAZO *et al.*, 2015). Segundo a Organização Mundial de Saúde, existem programas de saúde em todo o mundo com o intuito de aumentar as taxas de amamentação, sendo que ultimamente os esforços são voltados a modificações nos fatores psicossociais das gestantes e familiares, tudo isso baseados em teorias de mudança social (WHO, 1995).

Um outro ponto a ser descrito é quanto à autoeficácia da amamentação e, segundo a literatura, refere-se a confiada mãe em sua capacidade de amamentar o filho sem a necessidade de ajuda de terceiros e essa variável pode impactar os resultados da amamentação (ÁVILA, 2009/ SINHA *et al.*, 2015). A autoeficácia prevê fatores como: a escolha da mãe em realizar a amamentação como o principal método de alimentação infantil; em relação a seu esforço dedicado durante o processo de amamentação; a perseverança da mãe em suas tentativas de amamentar, até que o domínio seja alcançado; a mãe possui padrões de pensamento que se potencializaram a derrotam; e, como a mãe responde emocionalmente às dificuldades em amamentar.

Com isso, o papel de orientação e auxílio à mulher durante a gravidez e no puerpério, é dado, na maior parte, ao profissional enfermeiro. Além disso, essa responsabilidade é acompanhada da necessidade em oferecer ensinamentos a gestante durante o cuidado perinatal, incluindo o encorajamento positivo da amamentação e como fazê-lo corretamente. Contudo, mesmo com o avanço da saúde e o reconhecimento da importância do aleitamento materno para a saúde da criança, sabe-se pouco a respeito dos benefícios do aleitamento materno para a mulher.

Até o momento, não existem alternativas pertinentes para serem aplicadas na substituição do leite materno ou uma melhor fonte de nutrientes para o bebê até o sexto mês de vida, devendo ser uma prática exclusiva e que independe de complementação de outras formas nutricionais (CALDEIRA; AGUIAR, 2008; GARTNER *et al.*, 2005). Entretanto, existem casos em que as mães apresentam dificuldade de amamentação, seja por um processo patológico, físico, emocional ou profissional, onde essa problemática faz com que elas optem por complementar a amamentação através de nutrientes industrializados, como papinha, leite em pó etc. (CALDEIRA; AGUIAR, 2008).

Existem vários argumentos à favor do aleitamento materno, dentre eles: a diminuição do índice de mortalidade infantil, diminuição da ocorrência de diarreia, diminuição das chances de infecções respiratórias, baixo risco a alergias, hipertensão, colesterol alto e diabetes, redução das chances de obesidade, garantia de uma melhor nutrição, além de proporcionar efeitos positivos na inteligência, desenvolvimento da cavidade bucal, proteção contra o câncer de mama, menor custo financeiro etc. (BABAKAZO *et al.*, 2015).

As complementações nutricionais que são incluídas para o bebê, como complemento ou alternativa ao leite materno, são os produtos industrializados, que geralmente são compostos por aditivos químicos, conservantes, gorduras e açúcar, para formar um alimento mais palatável. Esses tipos de complementações são, na maioria dos casos, responsáveis pelo excesso de peso na infância e, além disso, podem promover o aumento do risco de desenvolver altos níveis de triglicérides (BABAKAZO *et al.*, 2015).

Outros problemas que podem ocorrer devido ao consumo desse tipo de alimento é a desnutrição e o aumento do colesterol, que pode não ser percebidos de forma rápida pela mãe pois muitas delas fazem dessa opção um refúgio para não praticar o ato de amamentar (BABAKAZO *et al.*, 2015; CALDEIRA; AGUIAR, 2008). Portanto, é notável que há evidência quanto aos vários benefícios que o aleitamento materno pode proporcionar à criança e, por isso, deve-se haver um incentivo da prática de amamentação exclusiva até, pelo menos, os primeiros seis meses de vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os resultados obtidos neste estudo através da busca bibliográfica permitiram consolidar as informações sobre a amamentação exclusiva até, pelo menos, os seis primeiros meses de vida da criança. O aleitamento exclusivo promove benefício mútuo, tanto para a mãe quando para o bebê, e este estudo buscou reforçar as informações a respeito dos pontos positivos dessa prática.

Desde a existência da espécie humana, a amamentação é considerada a fonte primária de alimentação de recém-nascidos. Dessa forma, parece razoável

supor que a mãe, do ponto de vista energético e evolutivo, possua no leite materno a fonte ideal de nutrição, permitindo que todo a sua carga genética seja repassada ao filho durante o processo de amamentação (CALDEIRA; AGUIAR, 2008). A composição do leite materno garante a quantidade necessária de água, carboidratos, lipídeos e proteínas para o desenvolvimento adequado do bebê (HEIDARI; KESHVARI; KOHAN, 2016; CALDEIRA; AGUIAR, 2008).

Além disso, o ato de amamentar é bem mais do que simplesmente alimentar o bebê, o leite materno está relacionado a questões hormonais da mãe, pois a amamentação estimula a produção do hormônio ocitocina que é produzido no cérebro e possui papel importante na interação emocional da mãe para o filho (HEIDARI; KESHVARI; KOHAN, 2016; DE MORAES *et al.*, 2021).

Esta interação que ocorre entre a mãe e o bebê durante o processo de amamentação, garante a troca de calor, amor e conforto, sendo esses fatores importantes para o desenvolvimento psíquico e emocional da criança. Tais recomendações baseiam-se em evidências científicas que vêm avolumando-se, desde a década de 1980, acerca dos efeitos benéficos que a prática de amamentação proporciona para as crianças, para as mulheres que amamentam, para a família e para a sociedade como um todo (CALDEIRA; AGUIAR, 2008).

Para a *World Health Organization* (WHO) a amamentação deve iniciar ainda na sala de parto desde a primeira hora de vida do bebê e deve ser mantida na forma de aleitamento materno exclusivo sem a necessidade de adicionar qualquer tipo de alimentos até os primeiros seis meses de vida e só a partir disso é orientado o que a mãe inicie a introdução de alimentação complementar adequada, entretanto mantendo-se também o aleitamento materno por dois anos ou mais (WHO, 2001).

Segundo um estudo feito com o intuito de avaliar o risco da não amamentação exclusiva, nos países em desenvolvimento cerca de 1,47 milhões de vidas infantis por ano poderiam ser salvas se as recomendações fossem cumpridas a respeito do aleitamento materno por no mínimo os primeiros 6 meses de idade (ALMEIRA, 1999). Tais dados fazem com que a promoção do aleitamento materno seja a melhor estratégia entre as medidas que a OMS preconiza para a redução da mortalidade infantil, seguida pelas imunizações por meio de vacinas, promoção da alimentação infantil complementar saudável, saneamento básico e suplementação de vitaminas (WHO, 2001).

Existem crianças que possuem diversas consequências negativas ocasionadas por má formação craniofacial devido ao não acesso ao aleitamento materno (KEBEDE *et al.*, 2020). O uso de chupeta e mamadeira também podem causar prejuízos à saúde da criança, visto que são objetos de fácil acesso e que estimulam o bebê a criar o hábito de levar a mão à boca para satisfazer sua necessidade de sucção, tal hábito pode levar ao selamento labial incorreto e acarretamento do desenvolvimento do sistema estomatognático. Tais fatores se agravam de acordo com a intensidade e duração dos hábitos (MESSIAS *et al.*, 2019; KEBEDE *et al.*, 2020).

Dentre as prevenções obtidas por meio da amamentação materna durante, pelo menos, os seis meses de vida do bebê, estão: prevenção a deformidades orofaciais, atresia do palato, atresia do arco superior, musculatura labial superior hipotônica, musculatura labial inferior hipertônica, interposição de língua problemas nas oclusões dos dentes, como mordida cruzada, mordida aberta

e aumento de sobressaliência (CASSIMIRO *et al.*, 2019; BRAGA, 2020).

Segundo os autores Brodribb, Kruske e Miller (2013), existem práticas hospitalares que devem ser repassadas às mães pelo profissional de saúde, tais como: informar todas as mulheres grávidas sobre os benefícios e o manejo da amamentação; ensinar às mães como amamentar e como manter a lactação; dar aos bebês recém-nascidos nenhum alimento ou bebida além do leite materno, a menos que haja indicação médica; permitir que mães e bebês permaneçam juntos 24 horas por dia; não fornecer bicos artificiais ou chupetas para lactentes; estimular a criação de grupos de apoio à amamentação e encaminhá-los às mães na alta do hospital ou clínica.

Os bebês que são amamentados exclusivamente no peito nos primeiros seis meses de vida têm menor probabilidade de apresentar, enjoos, gastroenterite, resfriados e gripes, infecções de ouvido e tórax etc. (BRODRIBB; KRUSKE; MILLER, 2013; CARVALHO; TAMEZ, 2002). E, comparados aos bebês alimentados com alimentos industrializados, os que amamentam exclusivamente no peito têm metade das probabilidades de serem vítimas da síndrome de morte súbita infantil, conhecida também como morte do berço (BRODRIBB; KRUSKE; MILLER, 2013; FALEIROS, TREZZA, CARANDINA, 2006; MORLEY, 2000).

A associação entre mortalidade infantil e ausência de aleitamento materno é modificada por diversos fatores de ordem demográfica, socioeconômica, dietética e ambiental. A proteção conferida pelo leite materno contra mortes infantis é maior em crianças pequenas, exclusivamente amamentadas, residindo em locais onde há pobreza, / promiscuidade, água de má qualidade e alimentos contaminados e de baixa densidade energética (HABICHT *et al.*, 1986, p. 90). Na Malásia, por exemplo, o número de mortes de crianças menores de 1 ano de idade, ocorridas devido à alimentação exclusiva com leite humano, foi estimado em 28 a 153 para cada 1000 crianças nascidas vivas, dependendo das condições sanitárias e do acesso à água potável (HABICHT *et al.*, 1988, p. 61).

Os benefícios do aleitamento materno para o desenvolvimento saudável da criança são enormes e evitam intercorrências graves à saúde, pois o leite materno contém todos os nutrientes adequados para o crescimento do bebê e pode ser oferecido até os dois anos como um complemento paralelo à introdução de outros alimentos após os seis meses de vida, inclusive se tratando de bebês prematuros (MORLEY, 2000).

Os bebês prematuros apresentam uma maior fragilidade e necessitam de cuidados especiais, além disso, demandam de uma maior atenção em relação à alimentação. Assim como para outros bebês, para eles o leite materno é primordial e de grande relevância para a sua saúde, entretanto a utilização de suplementação de alimentos industrializados e derivados de leite bovino são recomendados (SANCHES, 2005; SILVA, 2017).

Nesse sentido, se houver o desmame precoce, com a introdução de outros alimentos líquidos ou sólidos, além de haver um cuidado maior devido a sua fragilidade também é necessário que a equipe de saúde estimule a mãe à relactar. Além disso, é necessário que haja um acompanhamento profissional em curtos períodos para avaliação do caso em relação ao crescimento e desenvolvimento da

criança (SILVA, 2017).

Nos casos de mães que não possuem contato direto com o recém-nascido internado, uma alternativa viável e segura aos esses bebês é a utilização do leite materno proveniente de bancos de leite. Neste caso, o leite da mãe é ordenhado mecanicamente e estocado em bancos de leite para que o recém-nascido possa ingeri-lo (HABICHT; NUTZ, 1988; HABICHT; NUTZ, 1986). Embora esse leite seja uma alternativa, ele não apresenta as características nutricionais necessárias (HABICHT; NUTZ, 1986).

A indicação do aleitamento materno é determinada a partir de vários fatores que abrangem desde questões financeira das mães, até aspectos individuais do bebê e capacitação de profissionais. Além disso, segundo as políticas públicas, a amamentação constitui-se um processo complexo e que demanda de ideologias e valores culturais (24 NASCIMENTO; ISLLER, 2004).

Existem fatores que podem influir de forma positiva e negativa no processo de amamentação materna. Alguns desses fatores podem ocorrer devido as características de personalidade da mãe e sua atitude frente à situação de amamentar, ao passo que outros fatores se referem a criança e ao ambiente que ela vive, como por exemplo, as suas condições de nascimento e o período pós-parto, necessidade de trabalho materno e as condições habituais de vida (MENDES; BINOTI, 2016).

“Estudos apontam que algumas mães desmamam os seus filhos alegando enfermidades associadas geralmente a medicamentos utilizados, ao trabalho fora de casa e ao oferecimento por parte das avós de outro tipo de alimento para o lactante”. (ARAÚJO *et al.*, 2008).

O desmame precoce pode ocorrer por essas razões apontadas e devido a outras questões, como por exemplo ao fato da sobrecarga que a mulher moderna enfrenta diariamente, devido a ansiedade e tensão, a falta de suporte social ecultural nas quais, antigamente, as avós repassavam informações às mães sobre treinamentos e as incentivavam em relação ao aleitamento (SOUZA, MENDES; BINOTI, 2016).

Além disso, quando o desmame ocorre antes dos seis meses de vida, este pode provocar a ruptura do desenvolvimento motor-oral adequado, provocando alterações na postura, força e funções de mastigação, deglutição, respiração e articulação dos sons da fala. A falta da sucção fisiológica ao peito pode interferir no desenvolvimento motor-oral, possibilitando a instalação de má oclusão, respiração oral e alteração motora-oral (GIUGLIANE, 2000; MENDES; BINOTI, 2016).

Outros malefícios do desmame precoce são: formação de arcadas dentárias estreitas e falta de espaço para dentes e língua, alterações de mordida e má oclusões. (MENDES; BINOTI, 2016). A amamentação é uma prática que a gestante adquire habilidades com o tempo, pois não é algo instintivo do ser humano, portanto, cabe aos profissionais da saúde orientarem a mãe no período do pré-natal, pós-natal e puerpério de forma a incentivarem a prática da amamentação (NASCIMENTO; ISLLER, 2004).

Nesse sentido, as mulheres ao se depararem com a amamentação pela primeira vez, requerem que lhes sejam apresentados modelos ou guias práticos de

como devem ser realizados os processos, que, na maioria das vezes, tem como primeira referência o meio familiar, as amizades e vizinhança nos quais estão inseridas (SOUZA, MENDES; BINOTI, 2016), portando é necessário que, ainda assim, haja aconselhamento profissional de forma a desvincular vícios errôneos repassados à mãe por terceiros.

Além disso, a lactante pode enfrentar dificuldades em conciliar a vida profissional com a maternidade, tais como: se deparar com a falta de compreensão no ambiente de trabalho, ocorrência de atraso na rotina, falta no trabalho por motivos de doença, necessidade de levar o filho ao trabalho esporadicamente etc. Todos esses fatores podem contribuir para a exaustão física e pressão psicológica que pode levar a mãe a optar por interromper a fase de aleitamento materno o mais breve possível e inserir a alimentação industrializada na dieta da criança.

Segundo Almeida (1999), para que os profissionais da saúde deem assistência à mulher lactante é necessário que estes tenham conhecimentos e habilidades para orientar adequadamente a mãe durante o manejo da lactação, de forma a também aconselhá-la e apoiá-la durante todo o processo de amamentação (VICTORA *et al.*, 2016).

Após o parto, o apoio a mulher se faz necessário pois, dentre outros benefícios, isso a ajudará a se sentir mais segura a lactar e não buscar alimentos industrializados antes dos primeiros seis meses de vida do bebê. Para que a mulher entenda melhor a importância e a necessidade do processo de amamentação exclusivo é necessário que os profissionais da saúde a orientem sobre os benefícios da prática.

Atualmente, existe a prática crescente e inadequada que estimula o uso de alimentos industrializados substitutos ao leite materno, sendo estes industrializados contendo conservantes, aditivos, corantes alimentícios e diversas outras substâncias que podem prejudicar a saúde da criança e, ainda, contribuir para o excesso de peso nos bebês (LIMA, da SILVA, MEDEIROS, 2020; VICTORA *et al.*, 2016).

Um dos motivos da introdução alimentar de produtos industrializados na criança pode ocorrer devido ao sequenciamento de práticas culturais existentes na sociedade e devido à falta de conhecimentos da mãe a respeito da importância do aleitamento materno. Além disso, a alimentação da criança durante a sua infância refletirá no modo como ele se alimentará durante toda a sua vida e, portanto, é importante que a mãe introduza alimentos saudáveis a vida do bebê após os seis meses de idade.

Se tratando da amamentação, também ocorre a existência de crenças culturais limitantes, a própria incapacidade da mãe de amamentar seu filho e por último, e não menos importante, as práticas inadequadas de serviços por parte dos profissionais de saúde. Todos esses fatores podem influenciar a mãe a optar pelo desmame precoce (VICTORA *et al.*, 2016). Este fato pode ocorrer devido a falta de conhecimento da importância da amamentação correta e contínua para a saúde da criança e da mãe, onde muitas vezes é repassado pelos familiares opções secundárias à amamentação e à interrupção precoce da prática pela mãe. Cabe ao enfermeiro orientar e auxiliar a mãe durante a gravidez e no período puerpério, enfatizando a importância e os benefícios da amamentação e dando-lhe orientações de como fazê-lo.

Os profissionais da saúde, desempenham um papel primordial na assistência

à gestante em relação à prática de amamentação e ao aconselhamento quanto a ruptura de crenças limitantes e consequentes incentivo à prática. As práticas educacionais geram impacto na saúde da gestante, bem como na saúde e no bem-estar das próximas gerações humanas. O auxílio educacional sobre a amamentação no pré-natal garante benefícios, tanto à mãe quanto ao bebê, além de prepará-la para gerenciar uma amamentação eficaz, com confiança, conhecimento e habilidades.

Além disso, o enfermeiro é, na maioria dos casos, o profissional que mais permanece junto à gestante durante o ciclo gravídico-puerperal e, portanto, é necessário que haja práticas de atualização educacional e cursos de aperfeiçoamento para que estes profissionais estejam habilitados a poderem compartilhar seus conhecimentos e habilidades com as mães, ajudando-as tanto no manejo clínico da lactação como também no aconselhamento humanizado a respeito dos benefícios e recomendações da amamentação exclusiva até os seis primeiros meses de vida do bebê.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou compreender as evidências científicas e epidemiológicas presentes na literatura a respeito da amamentação exclusiva até os seis primeiros meses de vida. Entretanto, mesmo com todo esse incentivo à prática, ainda é baixo o número de mães que optam por seguir a recomendação.

Foi possível notar a importância prática da amamentação e a importância de seu incentivo no âmbito hospitalar. Além disso, por se tratar de uma prática que requer habilidades, pois não é algo instintivo do ser humano, cabe aos profissionais da saúde orientarem a mãe no período do pré-natal, pós-natal e puerpério de forma a incentivarem e enfatizarem a importância da prática da amamentação.

Observou-se também que a literatura é vasta em relação ao tema e que o leite materno é o alimento ideal para os lactentes se desenvolverem durante os primeiros seis meses de vida. A prática de amamentação exclusiva é fundamental para a melhoria das condições de vida e da promoção da saúde infantil, diminuindo as taxas de morbidades e mortalidades, além de garantir uma maior prevenção às infecções e doenças.

Dessa forma, o aleitamento materno exclusivo possui diversas vantagens para o bebê e, com isso, existe a necessidade de instruções sobre a importância e benefícios da prática e, também, dos manejos necessários para a correta amamentação. Tais instruções são essenciais no período gestacional e puerperal da mulher. Entretanto, essas vantagens ainda são desconhecidas por grande parte da população e por isso é importante a democratização das informações presente nesse trabalho.

Contudo, o aleitamento materno é uma prática que deve ser incentivada no âmbito hospitalar, visto que os benefícios existentes são diversos. Em relação aos benefícios da amamentação, temos: associação com menos episódios de diarreias, infecções respiratórias agudas e outras enfermidades infecto contagiosas, especialmente sobre a taxa de diminuição da morbidade e mortalidade infantil.

Dessa forma, estima-se que o aleitamento materno pode prevenir várias mortes de crianças com idade inferior a 5 anos em todo o mundo.

É dever dos profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros, orientar e educar as mulheres e famílias para o incentivo à prática do aleitamento materno exclusivo, entretanto, para que isso ocorra de forma correta e assídua é necessário que haja investimentos em políticas públicas e projetos facilitadores que buscam a disseminação de informações necessárias e de direito de todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.A.G. **Amamentação**: um híbrido natureza-cultura. Editora Fiocruz; 1999.

ÁVILA, I.R; SALVAGNI, E.P. **Aleitamento materno**. Promoção e proteção da saúde da criança e do Adolesc Porto Alegre FAMED/UFRGS, 2009 p 15-18. 2009;

BABAKAZO, Pélagie; DONEN, Philippe; AKILIMALI, Pierre; ALI, Nathalis Mapatano Mala; OKITOLONDA, Emílio. Preditores de interrupção do aleitamento materno exclusivo antes dos seis meses entre mães em Kinshasa: um estudo prospectivo. **Revista Internacional de Aleitamento Materno**, v. 10, n. 1, pág. 19, dez. 2015. DOI 10.1186/s13006-015-0044-7.

BOCCOLINI, Cristiano Siqueira; BOCCOLINI, Patrícia de Moraes Mello; CARVALHO, Márcia Lázaro de; OLIVEIRA, Maria Inês Couto de. Padrões maternos exclusivos e protegidos por diarreia entre 1 e 2008 em capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 7, pág. 1857-1863, jul. 2012. DOI 10.1590/S1413-81232012000700025

BRAGA, Milayde Serra; GONÇALVES, Mônica da Silva; AUGUSTO, Carolina Rocha. OS BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL / OS BENEFÍCIOS DA AMAMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, pág. 70250–70261, 2020. DOI 10.34117/bjdv6n9-468

BRODRIBB, Wendy; KRUSKE, Sue; MILLER, Yvette D. Acreditação Hospitalar Amigo da Criança, Práticas de Cuidados Hospitalares e Aleitamento Materno. **Pediatria**, v. 131, n. 4, pág. 685-692, 1 abr. 2013. DOI 10.1542/peds.2012-2556.

CALDEIRA, Antônio Prates; FAGUNDES, Gizele Carmem; AGUIAR, Gabriel Nobre de. Intervenção em equipes do Programa de Saúde da Família para promoção da educação. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 6, pág. 1027–1233, dez. 2008. DOI 10.1590/S0034-89102008000600008.

CARVALHO, M.R; TAMEZ, R.N. **Amamentação**: bases científicas para a prática profissional. In: Amamentação: bases científicas para a prática profissional. 2002. p. 278.

CASSIMIRO, Isadora Gonçalves Vilela; SOUZA, Pâmella Gomes de; RODRIGUES, Marcelo Costa; CARNEIRO, Grace Kelly Martins. A IMPORTÂNCIA DA AMAMENTAÇÃO NATURAL PARA O SISTEMA ESTOMATOGNÁTICO. **Revista Uningá**, v. 56, n. S5, pág. 54-66, 17 jul. 2019

CHAVES, A.F.L. **Efeitos de uma intervenção educativa por telefone na autoeficácia, duração e exclusividade do aleitamento materno**: ensaio clínico randomizado controlado. 2016;

DE MORAES, Gécica Gracieli Wust et al. Associação da duração do aleitamento materno exclusivo com a autoeficácia de nutrizes para amamentar. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, p. e03702-e03702, 2021.

GARTNER, L.M; MORTON, J.; LAWRENCE, R.A; NAYLOR, A.J; O'HARE, D; SCHANLER, R.J. Breastfeeding and the use of human milk. **Pediatrics**, v 2, n. 115, p.496–506, 2005.

GIUGLIANI, Elsa RJ. O aleitamento materno na prática clínica. **J. pediatr. (Rio J.)**, pág. S238–S252, 2000.

HABICHT, Jean-Pierre; DAVANZO, Julie; BUTZ, William P. A AMAMENTAÇÃO REALMENTE SALVA VIDAS, OU OS BENEFÍCIOS APARENTES SÃO DEVIDO AOS VÍCIOS? **American Journal of Epidemiology**, v. 123, n. 2, pág. 279-290, fev. 1986. DOI 10.1093/oxfordjournals.aje.a114236

HEIDARI, Z; KESHVARI, M. KOHAN, S. Breastfeeding promotion, challenges and barriers: qualitative research. **Int J Pediatr**, vol, 4, n.5, p.1687–95, 2016.

KEBEDE, Tolossa; WOLDEMICHAEL, Kifle; JARSO, Habtemu; BEKELE, Bayu Begashaw. Cessação do aleitamento materno exclusivo e fatores associados entre mães empregadas na cidade de Dukem, Etiópia Central. **Revista Internacional de Aleitamento Materno**, v. 15, n. 1, pág. 6, dez. 2020. DOI 10.1186/s13006-019-0250-9

LIMA, Simone Pedrosa; FARIAS, Pedro Henrique Silva de; SILVA, Cinthya de Sá Santos da; MEDEIROS, Maria Luiza de Oliveira. PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E APOIO A AMAMENTAÇÃO: FORTALECENDO A INICIATIVA HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA. **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 8, n. 1, pág. 155-165, 18 mar. 2020

MARGOTTI, Edficher; EPIFÂNIO, Matias. Aleitamento materno exclusivo e Escala de Autoeficácia na Amamentação. **Rev Rene**, v. 15, n. 5, 21 fora. 2014

MESSIAS, Agnes Martins et al. Amamentação natural, artificial e maloclusão: há correlação? **Odonto**, v. 27, n. 53, p. 9-18, 2020.

MORLEY, Ruth; LUCAS, Alan. Dieta randomizada no período neonatal e desempenho de crescimento até 7,5-8 anos de idade em crianças pré-termo. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 71, n. 3, pág. 822-828, 1 mar. 2000. DOI 10.1093/ajcn/71.3.822

NASCIMENTO, Maria Beatriz R. do; ISSLER, Hugo. Aleitamento materno em desenvolvimentos: manejo clínico hospitalar. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 5, nov. 2004. DOI 10.1590/S0021-75572004000700008

ORGANIZATION, W.H. Physical status: The use of and interpretation of anthropometry, Report of a WHO Expert Committee. **World Health Organization**; 1995.

ORGANIZATION, W.H. **The optimal duration of exclusive breastfeeding: a systematic review**. 2001;

SINHA, Bireshwar; CHOWDHURY, Ranadip; SANKAR, M Jeeva; MARTINS, José; TANEJA, Sunita; MAZUMDER, Sarmila; ROLLINS, Nigel; BAHL, Rajiv; BHANDARI, Nita. Intervenções para melhorar os resultados da amamentação: uma revisão sistemática e meta-análise. **Acta Pediátrica**, v. 104, p. 114-134, dez. 2015. DOI 10.1111/apa.13127

SILVA, F.B. Os efeitos dos dez passos para o sucesso do aleitamento materno no primeiro mês da nutriz. 2017;

SOUZA, Julia Beatriz de Paiva Guimarães; MENDES, Larissa Loures; BINOTI, Mirella Lima. PERFIL DO ALEITAMENTO MATERNO E DA ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR EM CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS ATENDIDAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA - MG. **Revista de APS**, v. 19, n. 1, 17 fora. 2016

VICTORA, César G; BAHL, Rajiv; BARROS, Aluísio JD; FRANÇA, Giovanni VA; HORTON, Susana; KRASEVEC, Júlia; MURCH, Simão; SANKAR, Mari Jeeva; WALKER, Neff; ROLLINS, Nigel C. Aleitamento materno no século XXI: epidemiologia, mecanismos e efeito ao longo da vida. **The Lancet**, v. 387, n. 10017, pág. 475-490, jan. 2016. DOI 10.1016/S0140-6736(15)01024-7